



proto-história e romanização

guerreiros e colonizadores

Este volume contém os textos das comunicações apresentadas à sessão "Guerreiros e Camponeses: Quem procurar?", dedicada à Proto-história e Romanização.

O título sugere bem o problema arqueológico com que esta região se defronta hoje. Se o Vale do Côa apresenta o mais importante conjunto de arte rupestre proto-histórica da Península Ibérica, o conhecimento desta arte não é acompanhado por um reconhecimento das populações que a produziram e vivenciaram.

A leitura deste volume dá-nos uma perspectiva abrangente de guerreiros e camponeses, em volta da arte rupestre do Vale do Côa. Continuamos, contudo, a saber mais dos guerreiros do que dos camponeses, mais da arte do que dos artistas, e mais dos invasores do que dos invadidos.

03

proto-história e romanização

guerreiros e colonizadores

III congresso de arqueologia

trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



Pinhel, 17 de Maio de 2006

03

proto-história e romanização

guerreiros e
colonizadores

III congresso de arqueologia

trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

- 4 **prefácio**
António Ruas
- 5 **introdução**
Luís Luís e António do Nascimento Sá Coixão
- 8 acta 1
Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz
- 29 acta 2
Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização
António do Nascimento Sá Coixão
- 56 acta 3
Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização de Médio Côa
Manuel Sabino G. Perestrelo
- 72 acta 4
Proto-história e Romanização entre o Côa e o Águeda
Susana Rodrigues Cosme
- 81 acta 5
A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006
Maria Pilar dos Reis e Fernando Santos
- 85 acta 6
Proto-história e romanização no monte de Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais
Carla Maria Braz Martins

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão

António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação da Publicação

Luís Luís

Autores

António Ruas, António Sá Coixão, Carla Maria Braz Martins, Fernando Santos, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Luís Luís, Manuel Sabino G. Perestrelo, Maria Pilar dos Reis, Susana Rodrigues Cosme

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

Luís Luís e autores

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Legal**Tiragem**

1000 Exemplares

acta 1

Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal

Francisco Sande Lemos

(Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. E-mail: sandelemos@gmail.com)

Gonçalo Cruz

(Sociedade Martins Sarmento. E-mail: goncalo.pinhel@gmail.com)

Resumo

Os povoados fortificados de altura, habitualmente designados como castros, constituem, na Proto-História, o modelo de *habitat* predominante no Norte de Portugal e na Beira Interior Norte. As muralhas são um dos aspectos mais expressivos dos povoados proto-históricos, quer na área dos grandes castros do litoral de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes Ocidental, cuja superfície ultrapassa com frequência cinco hectares, quer nos pequenos sítios do Nordeste Transmontano e do Vale do Douro. O significado das muralhas tem sido interpretado das mais diversas maneiras, sem que se tenha estabelecido um consenso. Todavia, a análise das muralhas deve ser precedida pela discussão do conceito de conflito. Por sua vez, conflitos e muralhas conduzem à problemática dos guerreiros. A representação de guerreiros, atribuída à Idade do Ferro, surge em dois registos: na estatuária, na área dos grandes castros, em especial nas bacias hidrográficas do Cávado, Ave e Tâmega; na arte rupestre do Vale do Douro. Tal como as muralhas também a cronologia e a interpretação destas representações têm suscitado diferentes hipóteses. Neste texto discutem-se a leituras mais recentes sobre o significado paisagístico e social das muralhas, bem como das representações de guerreiros. Pretende-se assim contribuir para a clarificação de uma temática que se tem enredado sobre si mesma, a tal ponto que hipóteses opostas podem ser sustentadas com os mesmos argumentos, paradoxo insustentável numa disciplina que se pretende científica.

Guerras, conflitos e “barulhos”

De um modo geral, os arqueólogos, quando usam o termo guerra, estão a pensar em conflitos bélicos entre povos, ou entre comunidades. Todavia há um leque muito variado de conflitos, pelo que seria justificado aplicar diferentes termos. O povo maconde, por exemplo, utilizava distintas palavras para designar os conflitos entre comunidades “Livenda”, e as “guerras” contra grupos estranhos ao seu povo “Inondo” (Dias e Dias, 1964 e 1970).

Talvez na ausência de uma terminologia mais rigorosa a palavra guerra, de grande amplitude semântica, tem fascinado os arqueólogos que procuram, avidamente, os sinais de conflitos armados em níveis de incêndio que, muitas vezes, associam a movimentos de povos, ou exércitos. Os túmulos com armas são outro indicador de referência, tal como a estatuária. Há, nos estudos arqueológicos, uma procura sistemática dos traços dos guerreiros, cujas sombras se perfilam em cada muralha, como sentinelas perpétuas. Na Citânia de S. Julião registou-se, por exemplo, uma interessante trilogia: um guerreiro, de nome *Malceinus* (o “Dono da Montanha” segundo Silva, 2005); um poderoso torreão destacado da linha de muralha; e uma falcata em ferro, recolhida numa unidade estratigráfica associada à estrutura defensiva (Martins, 1988a).

Podemos, assim, imaginar em S. Julião, com fundamento, um combate. Mas terá sido uma breve escaramuça, ou um cerco, envolvendo numerosos efectivos? E entre quem? Uma contenda com os vizinhos do Norte, que ficavam para lá da Serra Amarela, os *Querquernae*? Ou um sinal de resistência ao avanço do exército romano em finais do séc. II a.C.? E, porque não, um simples indício de um conflito interno, uma luta pelo poder, um confronto entre famílias pela liderança do castro?

A perspectiva difusionista enquadra, normalmente, os conflitos em movimentos de povos. Aliás migrações e conquistas estão bem documentadas, pelo que constituíram, sem dúvida, um dos motivos de enfrentamentos e combates. Mas não esgotam, de modo algum, as dinâmicas belicistas que fracturavam as sociedades. De facto, os conflitos são múltiplos e ocorreram em várias escalas.

A mais ampla entre grandes unidades étnicas, ou Estados, como a batalha entre os *Bracari* e

as legiões de *Decimus Iunius Brutus* (Tranoy, 1981). Conflitos deste grau eram, provavelmente, raros e não justificariam um investimento generalizado e sistemático em fortificações.

Lutas entre diferentes *populi* seriam mais frequentes. Mas não se sabe, exactamente, o que eram entidades como os *Bracari* ou os *Zoelae*, se abrangiam, por exemplo, várias subunidades de tipo cantões (Alarcão, 1999) e se possuíam, antes da conquista romana, uma consciência de si e para outros, bem como chefes comuns, ou príncipes.

Por sua vez, no quadro de cada povo, ocorreriam numerosos diferendos entre os cantões ou entre as comunidades que o formavam, o que, possivelmente, exigia pactos como o celebrado entre diversos grupos de *Zoelae*. Este documento, registado por escrito, pela primeira vez no século I d. C., teve, no entanto, como base, outro mais antigo, talvez oral. Mais tarde foi renovado no século II (Tranoy, 1981; Sastre, 2002).

A uma micro-escala desenvolviam-se tensões dentro de cada povoado. Nas sociedades ditas segmentárias os conflitos intracomunitários resolviam-se pelo abandono do povoado por um dos grupos dissidentes¹. Todavia este mecanismo pressupõe uma certa mobilidade e um espaço livre, o que é pouco compatível com a densidade dos castros proto-históricos. Por isso duvidamos que possa ter funcionado, em plena Idade do Ferro, considerando o elevado número de fortificações já instaladas nesse período e a evidente sobreposição territorial, ao menos no Noroeste de Portugal. Admitimos que esse processo ainda poderia estar activo em Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993).

De qualquer modo o conflito entre comunidades, e no interior de cada uma, é um elemento de longa duração, bem documentado em períodos históricos mais recentes. Aliás o confronto entre as comunidades poderia inserir-se numa contenda maior e dessa circunstância há exemplos históricos curiosos na História de Portugal.

Em Trás-os-Montes a rivalidade entre aldeias mergulha no tempo e foi sempre muito viva. O caso de Ancião é muito interessante. Na guerra dinástica entre a Casa de Avis e a de Castela (século XIV), Ancião tomou partido pela primeira. Pelo contrário Vilarinho da Castanheira, a aldeia vizinha, e outras da mesma zona, optaram por Castela. Houve uma pequena batalha entre as duas aldeias mencionadas, num local ainda referenciado (Vale da Osseira)², enquanto se desenrolavam outros episódios, de maior escala, na luta entre Avis e Castela.

Ancião escolheu bem. As outras aldeias seguiram o caminho errado. Efectivamente a vitória da Casa de Avis consagrou a centralidade de Ancião no território do Planalto. O Castelo de Vilarinho de Castanheira foi demolido e das suas muralhas apenas restam os negativos. Por outro lado, tanto os habitantes desta aldeia, como os de outros aglomerados próximos, como por exemplo Freixel, foram obrigados a trabalhar, por decreto régio, na edificação das novas muralhas de Ancião. Assim os paramentos da antiga Cerca, em pedra miúda, deste último aglomerado, foram substituídos, no século XIV/XV, por outro aparelho de excelente qualidade, segundo narram os documentos, confirmados pelos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados no Castelo de Ancião na década de 80 do século XX (Moraes e Magalhães, 1971; Lemos, 1988).

Aliás o nome da vila ficou ligado ao concelho criado no século XIX, Carrizada de Ancião, embora no século XVIII já Ancião estivesse quase totalmente abandonada (Alves, 1934 e 1938; Mendes, 1981; Lopo, 1987).

O mesmo processo ocorreu mais para leste entre Alva e Freixo de Espada à Cinta, de que beneficiou a segunda, partidária da Casa de Avis. De Alva ficou uma muralha de xisto em ruínas, esquecida e ignorada. As muralhas de Freixo perduraram e foram mesmo restauradas pela DGEMN, filiando-se assim o Estado Novo nas vitórias de D. João I contra os castelhanos. Ou na Beira Interior, entre os concelhos de Pinhel e de Castelo Rodrigo, no âmbito da crise de 1383/1385, em que a primeira vila apoiou a Casa de Avis, e a segunda as pretensões de D.

¹ Na Monografia sobre os Macondes os seus autores (Jorge Dias e Margot Dias) descrevem em pormenor este mecanismo. Todavia o planalto que habitavam era extenso e com escassa densidade habitacional.

² Agradecemos a Filipe Queijo a informação sobre este topónimo.

Beatriz, recusando entrada ao Mestre. No desfecho da crise, D. João I teria decidido, segundo a tradição, que o escudo, que constituía o brasão da vila de Castelo Rodrigo, passasse a figurar invertido nas armas da vila. O escudo foi assim usado pelo menos até ao século XIX, como castigo pela tomada de posição do alcaide, favorável a Castela. Além disto, outras medidas iriam provocar a perda de alguma centralidade administrativa de Castelo Rodrigo, para benefício de Pinhel, como a mudança da data da feira.

Na Guerra do Peloponeso as cidades estavam, por vezes, divididas, entre partidários de Atenas e de Esparta, como relata Tucídides que também nos revela o mesmo mecanismo de antagonismo entre *poleis* vizinhas, articulado, numa escala mais ampla, com a guerra interna entre os gregos.

Em Trás-os-Montes, ainda no século XIX, os conflitos entre as comunidades eram frequentes. Nas suas conhecidas Memórias sobre o Distrito de Bragança o Abade de Baçal consagrou interessantes páginas ao que ele chamava “barulhos”, ou seja disputas entre aldeias, que, quase sempre, terminavam de forma sangrenta, em pequenas batalhas abertas, onde se utilizavam caçadeiras, varapaus, enfim todo o arsenal disponível. Muitas vezes tais conflitos tinham origem na invasão dos baldios, dos terrenos de pastagens. Outras vezes em simples brincadeiras de mau gosto, em faltas de respeito, que podiam nascer numa romaria, quando o álcool incitava os mais mordazes a transgredir as regras do convívio.

Aliás, conforme se deduz da obra do Abade de Baçal, no sistema constitucional da Monarquia do século XIX, cada aldeia votava em bloco no mesmo candidato e partido. Em 1868 a votação no círculo de Vinhais degenerou em grave conflito. As urnas estavam na aldeia de Santalha. Os de Moimenta desceram da sua aldeia para votar no bacharel Francisco Pereira de Athaide, seu conterrâneo. Mas para o fim do dia, estalaram os conflitos e a própria igreja foi invadida, tendo sido o cenário mais sangrento da refrega³ (Alves, 1911).

Houve mortos e mais de uma centena de feridos. O candidato vitorioso, António Joaquim de Veiga Barreira teve se esconder numa arca de paramentos para poder sobreviver à fúria dos “carvoeiros” como eram, e ainda são, conhecidos os habitantes de Moimenta (Vinhais) (Alves, 1911).

Neste caso específico trata-se de um conflito relacionado com o controlo do poder político e influências resultantes, bem como da escolha dos mediadores com Estado Central.

Uma outra referência do Abade de Baçal aos “barulhos” é curiosa pois remete para uma circunstância que foi analisada em diversos estudos de etnografia e sociologia: a festa como local de confronto⁴, evocando os banquetes que degeneram em violência, como acontecia entre os Yonamano (Johnson e Earle, 1987). Ou na Grécia Antiga: os derradeiros capítulos da Odisseia descrevem a forma cruel como, num banquete, Ulisses mata os pretendentes da Penélope e os seus cúmplices.

Uma das últimas destas pequenas batalhas ocorridas em Trás-os-Montes, na qual morreu, abatido a tiro, um dos intervenientes, colocou frente a frente os habitantes de Paradelo do Rio e de Fiães, duas aldeias do concelho de Montalegre. Neste caso o motivo do confronto terá sido um “namoro”, o que remete para a questão do controlo das mulheres nas sociedades rurais (no âmbito da Antropologia) e nas comunidades proto-históricas (numa perspectiva arqueológica).

A outra escala, no seio da mesma comunidade, podem eclodir conflitos entre distintas linhagens, ou mesmo no âmbito da mesma família. Na Idade do Ferro algumas muralhas que dividem a meio os castros, como se verifica em Carmona (no Vale do Neiva), em Nogueira (Chaves), ou em Vilarelho (Alijó), poderiam eventualmente separar dois grupos distintos dentro da mesma comunidade, ideia já avançada por Armando Coelho da Silva (1986) e com o qual concordamos. Nas sociedades mais complexas da Proto-História, as muralhas também

³ Os padres não foram poupados, segundo a narrativa do pároco da aldeia de Lomba: “— «Quem 'stá aqui?!» «É um padre». «E d'onde?» «De Lomba». «Ah! isso é qu'eu q'eria saber...» e dizendo isto, vibrou-me tão grande cacheirada que quase me ia tombando, apesar de a aparar nos braços que ergui à laia de escudo, e desesperado com a veemência da dor, dei com tanta força nos que continuavam entrando de escantilhão que lançando alguns por terra, consegui fugir” (Alves, 1911).

⁴ “No domingo, 11 de Agosto de 1895, os habitantes de Paredes, no concelho de Bragança, fizeram uma festa e juntamente uma representação. Os da Parada e Pinela, que já andavam rixosos, vieram às mãos desancando-se fortemente à bordoadas e a tiros de armas de fogo, ficando feridos dezoito homens de Parada” (Alves, 1911).

parecem ter regulamentado os espaços dos conflitos internos, pelo menos nos povoados com uma determinada dimensão.

Alguns desses conflitos poderiam ser resolvidos em negociações, talvez na Casa do Conselho. Outros terminariam em derramamento de sangue.

Em síntese, tanto os indivíduos, como os grupos e as comunidades são portadores de um conjunto de conflitos, por vezes insanáveis, e escondem as suas fragilidades através de um sistema de defesas, ou resistências, como dizem os psicanalistas. Esses sistemas de defesa, quando materializados em equipamentos colectivos, as linhas de muralha, defendem tanto os indivíduos e grupos sociais, como as comunidades e os povos, mas também são as bases de onde partem as guerras.

O conflito é, pois, um elemento dinâmico a vários níveis da sociedade (controlo do poder, do território, dos recursos naturais, das mulheres, do simbolismo) e a diferentes escalas de espaço. Aliás, as várias escalas em que se registam podem cruzar-se, de tal modo, que se constitui uma matriz muito complexa e, por vezes, com uma poderosa carga simbólica, que pode ser reutilizada, em contextos cronológicos distintos. Por outro lado, a gestão dos conflitos é, por si mesmo, um mecanismo de poder, pelo que os sistemas defensivos são, no mesmo plano, um equipamento de poder e de cooperação comunitária.

De um modo geral todos estes conflitos comportam, também, processos de apropriação, acções de rapina, saque de gado ou de tesouros, em última análise conquista de mais valias que podem suprir a escassez de recursos ou aumentar a riqueza de um povoado ou *populus*.

No século XX a guerra total, desenvolvida pela Alemanha nazi, integrava, de forma racional e bem programada, todos os elementos básicos do conflito: a defesa da “raça ariana”, ameaçada pelos judeus; a legitimação histórica e arqueológica do povo germânico (*Germanentum*, Mees, 2004); a conquista de novos territórios (“Lebensraum”); o reordenamento dos espaços conquistados (“Pabst Plan”); a pilhagem do ouro, desde os cofres dos bancos às jóias individuais; o saque das obras de arte (Einsatzstab Rosenberg); o extermínio étnico; a mão-de-obra para trabalho forçado (o sistema dos campos); a destruição implacável dos símbolos e das elites culturais dos adversários (Polónia) (Shirer, 1960).

As operações simbólicas articuláveis com as representações dos conflitos são, aliás muito curiosas. Nesta perspectiva a história patrimonial do Altar do *Pergamon* é elucidativa. Os baixos-relevos esculpidos nessa magnífica obra-prima da arte helenística representam a vitória dos deuses do Olimpo sobre os Gigantes, dito de outro modo, da Cultura Grega sobre as forças do caos, de Alexandre Magno sobre os persas. No I Reich, em finais do séc. XIX, o Altar de Pergamon foi desmontado e transferido para Berlim num contexto em que a Alemanha pretendia consolidar a sua reunificação, afirmando a sua superioridade intelectual e militar (Bilsel, 2000).

Mais tarde inspirou a arquitectura nazi, influenciando, directamente, um dos elementos do complexo de Nuremberga (o “Zepellin”), onde se realizavam as grandes paradas do regime. Terminada a II Guerra o altar foi levado pela vitoriosa URSS cujos líderes terão considerado normal apoderar-se de um símbolo militar tão expressivo e tão antigo (Macdonald, 2006).

Por outro lado, o Zepellin de Nuremberga permaneceu; mas os símbolos nazis que o ornamentavam foram destruídos e na cidade realizou-se o julgamento dos derrotados. Para as democracias aliadas e para a União Soviética, seu aliado temporário, os alemães, eram os novos *Barbaroi*, as hordas germânicas que ameaçavam os valores da civilização, recordavam os impiedosos cavaleiros teutónicos.

Mas não é só no domínio do Património, da Arquitectura e da Política que a simbologia do conflito exerce um fascínio poderoso. Os confrontos individuais e colectivos constituem, por exemplo, o tema preferencial do cinema do Japão (Korusawa), um Estado que ensaiou,

em meados do século XX, um conflito, sem futuro e irracional, contra os grandes países do Pacífico.

Os conflitos são, pois, algo de muito complexo, a vários níveis, desde o universo individual aos grandes combates entre povos, incluindo a sua representação em diferentes patamares. Os indicadores desses conflitos são numerosos e alguns perderam-se para sempre. Na Proto-História as muralhas são, porventura, o mais expressivo e duradouro, embora a sua interpretação não deva ser unilateral, pois concentram funções e representações muito complexas.

Castros e muralhas

No Noroeste da Península, o período em que se regista a maior densidade de povoados fortificados é, sem dúvida, a Proto-História, a chamada Cultura dos Castros. Este nome consolidou-se na bibliografia, desde Bosch-Gimpera (1932 e 1945) e não há motivos para o alterar, embora, no final do I milénio a.C., fossem designados como *Castella*, plural de *Castellum*, termo que muitas vezes, perdurou na toponímia: Castelo Velho, Senhora do Castelo, Castelo dos Mouros, Monte do Castelo, etc. Efectivamente textos gravados em bronze, como a Tabula de Bierzo (18 a.C.) (Grau Lobo, 2000; Mangas, 2000), ou o Pacto de Courel, registam a palavra *castellum* para designar comunidades, com autonomia e territórios específicos. A interpretação do C invertido das estelas funerárias do século I d. C. é hoje consensual (Albertos Firmat, 1988).

Não é, porém, certo se o termo *Castellum* designava um único povoado fortificado, ou uma comunidade que se distribuía por mais de que um sítio. Podemos, por exemplo admitir, que habitantes da Citânia de Briteiros, do Castro de Sabroso e de Santa Iria integravam o mesmo *Castellum*, ou seja uma mesma unidade territorial, com laços de afinidade, parentesco e um antepassado comum (Lemos, 2006). Tem pouco sentido pensar que Sabroso seria autónomo em relação a Briteiros. O sistema defensivo de Briteiros não se limitava à própria Citânia, mas teria dois postos avançados, um a jusante e localizado no vale (Sabroso), e o outro a montante, mais destacado e sobranceiro ao rio Ave (Santa Iria) (Lemos e Cruz, 2006).

Através de diversos inventários foram identificados, no Noroeste Peninsular, vários milhares de castros que se distribuem pelo Norte de Portugal, pela Galiza e pelas Astúrias. Para norte da dorsal galega, nas províncias de Lugo e da Coruña, o número de castros é expressivo, mas as suas dimensões são muito menores, raramente ultrapassando 2 hectares e a sua cultural material parece distinta, incluindo a decoração da cerâmica (Carballo Arceo, 1996 e 2003; Rey Castiñeira, 2005).

A sul destaca-se o espaço de grandes povoados. Esta zona estende-se da dorsal galega até ao rio Douro, abrangendo assim o vale terminal do rio Minho (após a confluência do Sil), as bacias hidrográficas do Lima, Cávado, Ave, Sousa, Tâmega, Corgo e Tinhela. O limite dos grandes castros, a leste, acompanha a fronteira oriental da província de Ourense e prolonga-se para sul, ao longo das serras que separam Trás-os-Montes Ocidental do Nordeste (Lemos, 1993).

Na zona dos grandes povoados da Galiza Meridional e do Norte de Portugal, não só a escolha da implantação dos castros era decisiva, como também os sistemas defensivos são mais elaborados. De facto, o número de muralhas é maior, variando entre três a cinco, com modelos variados, tanto no conjunto como no pormenor, o que não deixa de ser interessante. O Castro de San Cibrán de Lás (Vale do Minho, Ourense) possui um sistema defensivo centrado, parecendo obedecer a um plano prévio. Com uma área de 10 hectares, era defendido por três muralhas concêntricas e uma suplementar, a sudeste, bem como por um sistema de duplo fosso (Infante Roura *et al.*, 2004). A Citânia de S. Julião desenvolveu-se de forma orgânica,

a partir do topo ao longo da encosta sul e mais soalheiro, em sucessivos patamares. Este castro é sem dúvida um dos sítios mais estudados do Noroeste Peninsular (Martins, 1988a; Bettencourt, 2000).

Pelo contrário, a Citânia de Briteiros possui um sistema descentrado, que se distribui, a partir do istmo de acesso ao esporão, por três linhas de muralha. No istmo de acesso destacam-se: um segmento complementar reforçando a terceira muralha; dois profundos fossos escavados na rocha e uma linha defensiva implantada já num plano superior ao istmo, formando uma primeira barreira (Lemos e Cruz, 2006). Por sua vez, a estrutura defensiva de Sanfins é distinta (Silva, 1986 e 1999). Ainda na zona dos grandes povoados, embora mais para o interior, no Barroso, o sistema defensivo de um povoado que terá sido o lugar central do amplo vale do Alto Rabagão, em S. Vicente da Chã, impressiona devido ao profundo fosso, que rodeava, totalmente, o povoado, mediante o desvio das águas do rio (Santos Júnior, 1963; Santos Júnior e Isidoro, 1963; Santos Júnior e Freire, 1964; Carvalho, 2006; Lemos, 2006).

Em Trás-os-Montes Ocidental as comunidades da Idade do Ferro, tal como no Entre Douro e Minho, parecem ter atribuído especial relevância não só à imponência dos locais escolhidos para a implantação dos povoados como também às muralhas. Um castro marcante, quer pela forma como se destaca na paisagem, quer pelo domínio visual sobre a envolvente, quer ainda pelo sistema defensivo é o Castro de Lesenho, que supomos ter sido sede de um povo. Para além das portas e de torreões distinguem-se segmentos radiais de muralhas. Outro povoado interior, o Castro de Ribas possui uma organização defensiva peculiar, mas um dos aspectos mais interessantes, a par da largura da muralha exterior que alcança 11 metros de largura, é a ocorrência de pedras gravadas inseridas no paramento da muralha (Freitas, 1989; Lemos, 1993). A localização deste povoado, na bordadura do planalto de Carrizado de Montenegro, na fronteira entre a Terra Fria e a Terra Quente, assinala o limite leste da zona dos grandes povoados.

Outra zona de grande interesse para a análise da estrutura defensiva dos grandes povoados é a série de castros do Planalto de Alijó, dos quais se destacam, tanto pela dimensão, como pelo bom estado de conservação das suas muralhas, pelo menos três: Pópulo; Vilarelho e Castorigo (Lemos, 1993).

Uma análise exaustiva das fortificações da II Idade do Ferro do Noroeste de Portugal (incluindo Trás-os-Montes Ocidental) ainda não foi realizada, mas, numa perspectiva empírica, a sua funcionalidade defensiva é evidente, reflectindo um pensamento muito evoluído sobre a estratégia e a guerra.

Os povoados de Trás-os-Montes Oriental pelo contrário, embora sejam numerosos, são discretos na paisagem. A área intramuros é assaz pequena, variando entre um e meio hectare. Abrigavam, pois, um escasso número de famílias. Possuem, normalmente, uma única linha de muralha, com um torreão, na zona de mais fácil acesso (Lemos, 1993). Todavia, proporcionalmente, o investimento no sistema defensivo destas pequenas comunidades não foi menor. De facto, não deixa de ser impressionante, o volume de material, a espessura e altura de muralhas que protegiam meia dúzia de famílias. Nesta zona há um elemento arquitectónico específico: os campos de pedras fincadas, vulgares tanto nos castros do Douro Internacional, como no vale do Sabor e dos rios seus afluentes, estendendo-se à bacia do Tua, onde todavia são menos frequentes (Lemos, 1993; Redentor, 1993).

No seu conjunto os castros do Nordeste Transmontano possuem mais afinidades com os de Zamora Ocidental e com os de Léon Ocidental, estudados por Esparza Arroyo (1986 e 1990), incluindo a cultura material. Nalgumas zonas, como na área de Bragança agrupam-se em “cachos”, sendo possível admitir que pertenciam a uma mesma unidade, filiando-se numa única *gentilitates* (Lemos, 1993). Por outro lado, no sentido Nordeste a densidade de castros

parece diminuir, aparentemente por razões de ordem ambiental, em especial a quantidade de água no subsolo, embora não possam ser excluídos motivos por ora pouco definidos. O mesmo se verifica na direcção Sudeste, ou seja no Alto Douro e na Beira Interior Norte.

As muralhas

Esta densa malha de centenas de locais muralhados tem sido interpretada de vários modos. Como indicador de uma estado endémico de guerra (Queiroga, 1992). Como expressão de sociedades organizadas numa estrutura tripartida em sacerdotes, camponeses e guerreiros, de raiz indo-europeia (Silva, 1986). Como um método sistemático de delimitação do espaço doméstico, reforçando os laços internos da comunidade e sua identidade face ao universo exterior (González Ruibal, 2003). Admite-se, por outro lado, que a rede dos sistemas defensivos poderá ter sido aprofundada como resposta a movimentos de povos, a invasões, designadamente ao avanço do exércitos romanos, a partir da expedição de *Decimus Iunius Brutus* em 137 a. C.

Outra linha interpretativa, influenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983), considera a generalidade das muralhas como tardias, já inseridas na *Pax Romana*, como elementos de prestígio, o que não deixa de ser paradoxal, face à complexidade funcional das fortificações da maioria dos castros.

Também não há consenso acerca da cronologia evolutiva dos sistemas defensivo.

O amplo leque de interpretações pode ser explicado pelo escasso número de trabalhos arqueológicos e pela raridade de necrópoles. O universo social e simbólico da Idade do Ferro é mal conhecido. Numa perspectiva diacrónica este movimento de fortificação generalizou-se na Idade do Bronze Final, fase em que os cumes dos montes principiaram a fortificar-se. Nesta época com um objectivo muito preciso: o controlo das rotas de comunicação e do acesso aos recursos estaníferos (Martins, 1990). Todavia é na Idade do Ferro que se amplia o poderoso movimento de fortificação dos povoados. No universo da II Idade do Ferro o número de povoados fortificados terá atingido o seu máximo, estabelecendo-se um número expressivo de sentinelas distribuídas pelos diversos compartimentos territoriais. As comunidades encaixam-se, assim, no território, como âncoras firmes que agarram as paisagens envolventes.

Nesta fase as muralhas expressam, talvez e antes de mais, as raízes profundas desse compromisso com a terra-mãe, eventualmente materializado em rituais específicos de delimitação do castro. Quando observamos, com cuidado, as fortificações, distingue-se uma interligação, quase perfeita, entre o substrato rochoso e as primeiras fiadas. De uma forma metafórica as muralhas constituem o abrigo, a gruta, onde a comunidade se acolhe, onde as fragilidades não são tão visíveis. Esta condição da muralha como espaço de refúgio, de acolhimento, de resguardo, de ponto onde se unem a terra e o céu, é reforçada pela circunstância das cinzas dos mortos serem depositadas na interior da área intra-muros, como se já se verificou em Terroso (Silva, 1986), no Lago (Martins, 1988b), em Briteiros (Cardozo, 1994) e na Cidade de Âncora (Silva, 1986).

No espaço do território, na linha do horizonte, o castro com as suas muralhas é um sinal da individualidade das comunidades, uma afirmação de perpetuidade, semelhante à que os monumentos megalíticos tinham, outrora, garantido. Todavia no caso dos castros convergem, no mesmo espaço delimitado e protegido, os vivos e os mortos, reforçando o espaço doméstico como centro de um território mais vasto.

Esta “monumentalização da paisagem”, como se usou dizer durante algum tempo, ou de “Arquitectura da Terra” como se diz ultimamente, alcançou na II Idade do Ferro uma expressão territorial notável, tanto em relação a períodos anteriores como a épocas históricas

subsequentes⁵. Na Proto-História o território foi sinalizado de forma sistemática e intensiva, o que suscita questões interessantes, sobre a operacionalidade e flexibilidade do sistema. Houve, por certo, muito conflitos, pequenas batalhas, que a história e arqueologia não registaram. A manutenção de equilíbrios precários, num território tão povoado, pode ter sido garantido através de pactos não escritos, transmitidos de geração em geração. As muralhas seriam pois as mais poderosas referências territoriais, os pontos ordenadores do espaço, embora não fossem os únicos. Os limites e os caminhos, os santuários, as rochas e rios sagrados, as nascentes divinizadas, os espaços económicos, de cultivo, recolha, caça e pesca, eram outros tantos sinais que garantiam o território como um prolongamento do espaço habitado e vivido. As gravuras rupestres constituíram por certo um desses “marcadores” paisagísticos.

Encaramos, pois, com algumas reservas, o conceito de sociedades segmentárias para a Idade do Ferro do Noroeste de Portugal, pois estas implicam movimentações em espaços amplos, o que parece contraditório com territórios marcados por numerosos povoados fortificados. Mas quem defendia as muralhas e protegia as comunidades? Os próprios elementos da comunidade? Ou grupos especializados nas artes bélicas, os guerreiros? Todavia estes nem sempre são fáceis de localizar, na Idade do Ferro europeia. Por isso mesmo um conhecido investigador (J.V.S. Megaw) inspirou-se para o título do seu artigo, no âmbito de um Colóquio sobre a Estatuária do NO (*Madri der Mitteilungen*, nº 44), a conhecida canção de Marlene Deitrich: *Where have the flowers gone?*, na qual o refrão se repete substituindo a palavra “flowers” por “soldiers” (*Where have the soldiers gone?*).

Ora há uma outra letra da mesma cantora que se intitula *In den casernen...*

No Noroeste da Península encontramos os guerreiros acantonados em dois “quartéis” geográficos: materializados em estátuas, na área dos grandes povoados no litoral do Sudoeste da *Callaecia*; e gravados na rocha, no extremo Sudeste do NO, onde os castros rareiam.

⁵ Já foi identificado um número considerável de fortificações calcolíticas no Norte de Portugal. Na Idade Média conhecem-se dezenas de Castelos e Torres, muitos destes erguidos sobre as ruínas dos antigos castros, como no Castelo da Facha (vale do Lima) o Castelo de Neiva (vale do Neiva), o Castelo de Faria ou Castelo do Barbudo (vale do Cávado); os de Vermoim, Lanhoso e Vieira (vale do Ave). Todavia a rede de fortificações tanto na Pré-História como na Idade Média nunca alcançou a expressão numérica da Idade do Ferro.

1. Raras são as estátuas ou representações artísticas, gravadas na rocha, na área Norte da Cultura Castreja, nas províncias de Lugo e da Coruña. Todavia é neste sector que a análise territorial dos povoados conduziu um autor (Parcero Oubiña, 2002) a levantar a hipótese de uma sociedade heróica com grupos de guerreiros cujo sinal de prestígio seriam as jóias curiosamente mais abundantes nessa zona de pequenos povoados, que raramente ultrapassam dois hectares.

Efectivamente, a distribuição cartográfica da estatuária dos guerreiros galaicos coincide com a área sudoeste dos castros, com a zona nuclear dos grandes povoados, onde a complexidade dos sistemas defensivos alcança o seu auge na Idade do Ferro (Calo Lourido, 1993/94; 1994 e 2003; Lemos, 2006).

A hipótese desta estatuária ser de influência romana, defendida por vários autores, dos quais o mais representativo tem sido Calo Lourido (1993/94; 1994), sofreu um recente abalo, com a interpretação estilística de Thomas Schattner (2004), sendo interessantes os comentários que mereceu o texto publicado no *Arqueólogo Português*, designadamente de Jorge Alarcão (2004) e Armando Coelho da Silva (2004). As inscrições nos escudos podem ser posteriores. No entanto é arriscado o paralelo com a estatuária da Idade do Ferro da Europa Central, que aliás é menos abundante (Schattner, 2004). Por outro lado, suscita problemas diversos a sugestiva hipótese de inserir os guerreiros galaicos na tradição das estelas antropomórficas da Idade do Bronze como pretende Armando Coelho (2003). Admitimos que essa tradição existia mas que foi reforçada com influxos mitológicos de origem mediterrânica.

Muralhas e guerreiros

As condições do achado da maioria das estátuas não se encontra bem esclarecida, salvo em Sanfins e S. Julião, onde foram descobertas junto às muralhas, no primeiro caso junto à linha exterior e o outro junto à segunda linha de muralha (Martins e Silva, 1984; Silva, 1986). Inserem-se assim, de uma forma directa, no contexto indicado nas páginas anteriores. Por outro lado, não custa imaginar os guerreiros de Lesenho, distribuídos pelas várias linhas de fortificação. Todavia, apesar da sua dimensão, só poderiam ser discernidos, já muito perto do castro.

Se os castros são sentinelas comunitárias dispostas no território, os guerreiros em granito prolongam os elementos telúricos mas com traços antropomórficos. Poderiam talvez ser humanos, como o da Citânia de S. Julião, mas também filhos de deuses, ou do cruzamento de divindades com mortais, como as personagens de Homero.

2. Na zona interior dos castros, no Nordeste Transmontano apenas se conhece uma cabeça de guerreiro, no castro da Senhora dos Anúncios, no Vale da Vilariça (Lemos, 1993; Calo Lourido, 1993/94; 1994 e 2003). No âmbito da estatuária dominam, em contrapartida, as representações de animais, estátuas de javalis, touros e ursos, que têm sido considerados numa esfera social distinta (Silva, 1986) ou como vínculos simbólicos de povoados com uma economia em que o gado teria um peso relevante (Álvarez-Sanchís, 1999 e 2003). Outra hipótese foi, anteriormente, sugerida, mas tem sido pouco discutida: as estátuas zoomórficas poderiam sinalizar santuários de iniciação de grupos etários, eventualmente jovens guerreiros (Lemos, 1993).

Ora o ponto de convergência entre a representação de guerreiros e animais, no âmbito da Proto-História, é o Alto Douro português, o que é muito interessante. Neste espaço não há estátuas, nem jóias, ou pelo menos são muito raras, mas não faltam imagens gravadas que evocam uma sociedade em que os guerreiros estão representados no sentido literal do termo, em movimento e em cenários animados inscritos na rocha.

Parece hoje evidente que os guerreiros do Douro correspondem à narrativa de Estrabão, tal como as estátuas da área dos grandes povoados (Baptista, 1999). Todavia, enquanto que as estátuas galaicas foram encontradas junto às muralhas, reforçando a função protectora e sagrada de ambos os elementos, os guerreiros do Alto Douro encontram-se disseminados pelo território, em cenas de caça e de combate ou de torneio. Ora, tal como foi referido, o território das comunidades da Idade do Ferro é uma extensão do *habitat*, formando uma entidade única, vivida e designada como tal pelas comunidades. Os mesmos heróis, materializados nos castros do litoral, imóveis e imponentes, verdadeiros “espelhos de pedra” (Quesada, 2003), no Vale do Douro “deslocam-se” pelos seus domínios, em expedições de caça, ou em combates rituais, dois temas recorrentes da mitologia da Antiguidade Oriental e Clássica. Basta ler Homero e Xenofonte.

Este último autor, que viveu no século IV a.C., redigiu um pequeno tratado sobre a caça, no qual destaca a sua importância como aprendizagem para a guerra e como um legado divino. Nas suas páginas sobre o tema, Xenofonte dedica especial atenção aos cães, descriminando diferentes raças, conforme os animais a caçar. Ora os cães também surgem nas cenas de caça insculpidas nas fragas de xisto.

Em África, relatam os etnólogos, as expedições de caça implicavam entrar no espaço de outras comunidades, o que era possível desde que se tratasse de aldeias com laços prévios de hospitalidade, ou alianças. Pelo contrário, os caçadores evitavam penetrar no território das comunidades com as quais havia um conflito latente ou aberto, mesmo que pertencessem ao mesmo povo.

Considera-se os locais onde se encontraram as gravuras proto-históricas do Vale do Douro e seus afluentes como locais iniciáticos na aprendizagem e vivência do território, embora também se possa admitir a hipótese de serem pontos de reunião dos habitantes dos castros, onde se discutiam, ou rasgavam, os pactos que asseguravam a convivência dos *populi*. Aliás, a distribuição das gravuras da Idade do Ferro do Alto Douro, embora seja de esperar novas descobertas, é assaz interessante, pois, parece incidir numa faixa de fronteira, de formato triangular, correspondente ao interflúvio Douro – Baixo Côa, conforme já foi sublinhado (Luís, 2005). Seriam lugares neutros, pontos de reunião entre comunidades, terras de ninguém? Ocorrem, também, no Alto Douro, numerosas gravuras de armas, designadamente falcatas. De acordo com António Martinho Baptista estas armas fecham o ciclo das gravuras da Idade do Ferro do Vale da Casa (1999).

Convém referir que há afloramentos rochosos integrados na arte atlântica onde também se regista a representação de falcatas e outras armas. Há também figurações de animais e cenas de caça, atribuídas à Idade do Bronze, mas não com a mesma abundância do Vale do Douro. Guerreiros esculpidos no granito; guerreiros gravados nas fragas de xisto. Não será o mesmo universo mitológico associado à guerra, representado em suportes e estilos distintos, no NO e no Douro Superior? Os discursos que estruturavam esses mitos encontram-se perdidos para sempre. Podemos, todavia, admitir que as muralhas seriam os lugares do poder, da palavra organizada, dos mitos controlados, enquanto o território se abre para a aventura, para o desconhecido, para desequilíbrios económicos e simbólicos. Se assim for no Noroeste de Portugal o território estaria mais consolidado e inserido em mecanismos de poder, eventualmente dirigidos por famílias hegemónicas ou príncipes (Alarcão, 2003), enquanto no Nordeste os limites seriam mais flutuantes. No primeiro caso a arte está quase imóvel. No segundo há ainda liberdade de representação.

Este texto suscita uma série de questões, quando seria de esperar que apresentasse propostas mais desenvolvidas. De facto a temática exposta, seja a dos sistemas defensivos seja a dos guerreiros, é tão vasta que constitui matéria para vários trabalhos académicos. Comprovada a cronologia pré-romana dos guerreiros, quer imortalizados nas estátuas, quer gravados nas rochas do Alto Douro português, uma questão importante é sua contextualização espacial e mitológica. No seu livro sobre a Cultura Castreja Armando Coelho da Silva (1986) enquadra as muralhas e os guerreiros numa matriz inicial de influência indo-europeia, no esquema ternário concebido por Georges Dumézil. Mas os que são os Indo-Europeus? Uma realidade histórica incontornável, ou um mito cognitivo recente, produzido no seio da História Comparada das Religiões, e introduzido na Arqueologia (Demoule, 1999)? Noutra perspectiva considera-se possível que as estruturas mitológicas, que parecem ter influenciado as sociedades castrejas tenham sido influenciadas pelo Mediterrâneo, embora sem excluir processos endógenos.

Oxalá este texto possa estimular a elaboração de projectos que vão para além da mera arqueografia, entrando assim na máquina do tempo.

Considerações finais

figuras

fig. 1 Ortofotomapa (CMGuimarães) da Citânia de Briteiros (sistema defensivo).



fig. 2 Citânia de Briteiros; imagem aérea (sistema defensivo).





fig. 3 Castro de Ribas (Valpaços) (muralha exterior).



fig. 4 Castro de Ribas (Valpaços) (torreão).



fig. 5 Castro de Ribas (Valpaços) (porta na muralha).



fig. 6 Castro de Ribas (Valpaços) (muralha exterior; pedra insculpida).



fig. 7 Castro de Lesenho (Boticas) (sistema defensivo).



fig. 8 Monte Calabre (Vila Nova de Foz Côa).



fig. 9 Vale do Côa (Pinhel).



fig. 10 Réplica do guerreiro de Sanfins
(Citânia de Sanfins).



fig. 11 Estátua de guerreiro do Outeiro do Lesenho (Reproduzido do Catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, MNA).

fig. 12 Escultura de berrão proto-histórico de Cabanas (Vale da Vilarça) (Reproduzido do Catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, MNA).



fig. 13 Arte da II Idade do Ferro (Vila Nova de Foz Côa) (Reproduzido de Baptista 1999).



fig. 14 Arte da II Idade do Ferro (Vila Nova de Foz Côa) (Reproduzido de Baptista 1999).

bibliografia

ALARCÃO, J. (1992) – A evolução da Cultura Castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39-71

ALARCÃO, J. (1995-96) – As Civitates do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª série. 12-13, p. 25-30

ALARCÃO, J. (1999) – *Populi, Castella e Gentilitates*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Número especial 1 (Actas do Congresso Europeu de Proto-História: 1999), p. 133-150.

ALARCÃO, J. (2003) – As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização política do Noroeste pré-flaviano. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 116-126.

ALARCÃO, J. (2004) – Comentário (ao artigo de Schattner, Thomas G. – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 22, p. 58-59.

ALBERTOS FIRMAT, M. D. (1988) – Sobre los Castella del Noroeste. In *Actas do I Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol. 2. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 191-195.

ALMEIDA, C. A. F. de (1983) – Cultura Castreja: evolução e problemática. *Arqueologia*. Porto. 8, p. 70-74.

ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) – *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia (Biblioteca Archeologica Hispana; 1).

ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (2003) – La Edad del Hierro en la Meseta Occidental. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 346-386.

ALVES, F. M. (1911) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 2. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1913) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 3. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 9. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1938) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 10. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

BETTENCOURT, A. (2000) – *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos Finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*. Braga: Cadernos de Arqueologia; Universidade do Minho (Monografias; 10).

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo: A Arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BILSEL, S. M. C. (2000) – *Zeus in Exile: Archaeological Restitution as Politics of Memory*. Princeton: Center for Arts and Cultural Policy Studies, Princeton University (Working Papers; 13).

BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnologia da Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.

BOSCH-GIMPERA, P. (1945) – *El poblamiento antigo y la formación de los pueblos de España*. México: Instituto de Historia de la Universidad Nacional Autónoma de México.

CALO LOURIDO, F. (1993/94) – Arte Castrexa: Escultura e decoración arquitectónica. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 41: 106, p. 75-110.

CALO LOURIDO, F. (1994) – *A plástica da cultura castrexa Galega-portuguesa*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

CALO LOURIDO, F. (2003) – Catálogo. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 6-32.

CARBALLO ARCEO, X. (1996) – O espacio na cultura castrexa galega. In *A Cultura Castrexa a debate*. Tui: Instituto de Estudos Tudenses, p. 107-138.

CARBALLO ARCEO, X. (2003) – La dorsal galega como barrera intracultural durante la Edad del Hierro. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 333-345.

CARDOZO, M. (1994) – *Obras I*, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

CARDOZO, M. (1997) – *Obras II*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

CARVALHO, C. (2006) – O povoamento proto-histórico e a romanização do Alto Rabagão. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do Museu: Ecomuseu do Barroso: Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Minom, p. 125-134.

DEMOULE, J.-P. (1999) – *Destin et usages des Indos-Européens*. Mauvais temps. Éditions Syllepse. 5.

Disponível em linha em: www.anti-rev.org/textes/Demoule99a/index.html.

DIAS, J.; DIAS, M. (1964) – *Os Macondes de Moçambique: A Cultura Material*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

DIAS, J.; DIAS, M. (1970) – *Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

ESPARZA-ARROYO, A. (1986) – *Los Castros da La Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.

ESPARZA-ARROYO, A. (1990) – La Edad del Hierro en Zamora. In *Actas del I Congreso de Historia de Zamora*. Vol. 2. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, p. 101-126.

FREITAS, A. M. (1989) – A Cerca de Ribas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 98, p. 319-367.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2003) – *Arqueología del Primero Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*. [Dissertação de Doutoramento, policopiada, apresentada à Universidad Complutense de Madrid].

GRAU LOBO, L. (2000) – Augusto en el Bierzo (2000): Crónica de um aparecido: El Edicto del Bierzo. In *Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas, p. 11-15.

JOHNSON, A. W.; EARLE, T. (1987) – *The Evolution of Human Societies: From Foraging Group to Agrarian State*. Stanford: Stanford University Press.

LE MOS, F. S. (1988) – Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na Vila Fortificada de Anciães. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 5, p. 51-64.

LE MOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Volume I-a. Braga: Universidade do Minho.

LE MOS, F. S. (2006) – A Cultura Castreja no Minho: Espaço Nuclear dos Grandes Povoados Proto-Históricos do Noroeste Peninsular. In *A Identidade Histórica do Minho*. Braga: Universidade do Minho (no prelo).

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2005) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na Citânia de Briteiros em Julho de 2005*. Inédito. Arquivo da Sociedade Martins Sarmento.

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2006) – Citânia de Briteiros: Perspectivas recentes sobre a romanização dos castros. In *XV Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences*. Proceedings. Lisboa (no prelo).

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2006) – Citânia de Briteiros: Programa de investigação e valorização do monumento. *Forum*. Braga. 39, p. 3-38.

LOPO, A. P. (1987) – *Apontamentos Arqueológicos*. Braga: Instituto Português do Património Cultural.

MACDONALD, S. (2006) – *Words in Stone? Agency and Identity in a Nazi Landscape*. Journal of Material Culture. London; Thousand Oaks, CA; New Delhi. 11: 1/2, p. 105–126.

LUÍS, L. (2006) – Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa. In *Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión* (Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006) (no prelo).

INFANTE ROURA, F.; REY GARCÍA, J. M.; RODRIGUEZ, P. E.; TALLON NIETO, M. J. (2004) – *O Parque Arqueolóxico da Cultura Castrexa*, RPGA, Cadernos, 2, Xunta da Galicia.

MANGAS, J. (2000) – Castellum, gens y civitas, en el Edicto de Augusto (15 a.C.), In SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; MANGAS, J., eds. – *El edicto del Bierzo: Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas, p. 47-62.

MARTINS, M. (1988a) – *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981-1985*. Braga: Cadernos de Arqueologia (Monografias; 2).

MARTINS, M. (1988b) – *O Povoado Fortificado do Lago, Amares*. Braga: Universidade do Minho; Cadernos de Arqueologia (Monografias; 1).

MARTINS, M. (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Curso do Cávado*. Braga: Universidade de Braga: Cadernos de Arqueologia (Monografias; 5).

MARTINS, M.; SILVA, A. C. da (1984) – A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª série, 1, p. 29-47.

MEES, B. (2004) – Hitler and Germanentum. *Journal of Contemporary History*. London; Thousand Oaks, CA; New Delhi. 39: 2, p. 255–270.

MENDES, J. M. A. (1981) – *Trás-os-Montes no fim do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC.

PARCERO OUBIÑA, C. (2002) – *La construcción del paisaje social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Ortigueira: Fundación F. M. Ortegalia (Ortegalia; 1; Monografias de Arqueologia, Historia e Património).

MORAIS, J. P. de; MAGALHÃES, A. de S. P. (1721/1985) – *Memórias de Ansiães*. Bragança, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

QUEIROGA, F. (1992) – *War and Castros: New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, [Dissertação de Doutoramento, policopiada, apresentada à Universidade de Oxford].

QUESADA SANZ, F. (2003) – Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 87-112.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1963) – Escavações no Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 1.

SANTOS JÚNIOR, J. R.; ISIDORO, A. F. (1963) – Escavações no Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 2.

SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREIRE, A. F. (1964) – O Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). Campanha de escavações de 1964. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 3-4.

SHIRER, W. J. (1960) – *The rise and fall of Third Reich*. Nova Iorque, Simon & Schuster.

REDENTOR, A. J. (2003) – Pedras fincadas em Trás-os-Montes (Portugal). In ALONSO, N.; Junyet, E.; Lafuente, A.; López, J.B., eds. – *Chevaux-de frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, p. 135-154.

REY CASTIÑEIRA, J. (2005) – A metalurgia castreja. In *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal: Arqueologia II*. Vigo: Marina Editores, p. 57-83.

SASTRE, I. (2002) – *Onomástica y relaciones políticas en la Epigrafía del Conventus Asturum durante el Alto Império*. Madrid: CSIC (Anejos de Aespa).

SCHATTNER, T. G. (2004) – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 4ª série. 22, p. 9-66.

SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. (1999) – *Citânia de Sanfins*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. (2003) – As expressões guerreiras da sociedade castreja. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 41-50.

SILVA, A. C. F. (2004) – Comentário ao artigo de Schattner, Thomas G. – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 22, p. 50-52.

SILVA, A. C. F. (2005) – Cultura Castreja: Arte Castreja. In *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal: Arqueologia II*. Vigo: Marina Editores, p. 11-57.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Diffusion du Bocard.